

DATA: 24/FEVEREIRO/1995

JORNAL: DIÁRIO DE MANHÃ

A ADUFPEL representada no XIV Congresso da ANDES

O XIV Congresso da ANDES-Sindicato dos Docentes do Ensino Superior, realizado em Brasília entre os dias 14 e 18 de fevereiro, foi um dos mais representativos encontros da história da entidade, com a participação de cerca de 450 professores das universidades de todo o país, entre delegados e observadores. A ADUFPEL-Seção Sindical, esteve representada pelos professores Walcir Corvello, Ceres Torres, Eliane Chagas e Luiz Carlos Rigo, eleitos em assembléia da categoria.

Entre as inúmeras deliberações aprovadas pelos Docentes durante o congresso, vale destacar o lançamento da campanha "1985: em Defesa da Universidade Pública", que será encaminhada conjuntamente pela ANDES-SN, FASUBRA Sindical (entidade dos servidores técnico-administrativos das universidades) e União Nacional dos Estudantes, e que visa chamar a atenção da sociedade brasileira e da comunidade universitária, "da importância da Universidade Pública para o desenvolvimento social, cultural, econômico, político, científico e tecnológico do país, mostrando a real situação das universidades públicas". Além disso, foi aprovado o encaminhamento do chamado "Movimento Unificado em Defesa da Escola Pública", que consiste, inicialmente, na realização do

"Seminário Nacional em Defesa da Educação", promovido pela CUT e contando com a participação da ANDES-SN.

O Congresso deliberou, também, que a luta pela aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional deve ser incluída na campanha nacional em defesa da educação, mas incluindo ações específicas, como a promoção de "abaixo-assinado" de âmbito nacional, com viabilização pelas associações de docentes juntamente com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

Em relação ao tema "Conjuntura", o congresso da ANDES-SN aprovou alguns eixos de luta, como a defesa das liberdades democráticas e construção efetiva da cidadania; a luta contra as políticas neoliberais e oposição ao governo FHC; a luta pela democratização dos meios de comunicação; a defesa do serviço público na perspectiva de pleno acesso e pelo controle democrático desses serviços pela população; defesa da escola pública democrática, gratuita e de qualidade em todos os níveis; defesa da soberania nacional, dos direitos sociais e contra a reforma constitucional; e luta com o conjunto dos trabalhadores e movimentos sociais pela reversão da miséria e por condições dignas de vida para toda a população. 27-2

